

Resenha bibliográfica 3

A agricultura no desenvolvimento econômico: suas limitações como fator dinâmico

Paiva, Ruy Miller. *A Agricultura no Desenvolvimento Econômico: Suas Limitações como Fator Dinâmico*. Série Monográfica. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1979. N.º 30. 204 pp.

MIRANDA NETO *

É muito oportuno o lançamento dessa obra de Ruy Miller Paiva, sobretudo agora que o Brasil pretende promover o desenvolvimento do setor agrícola. O autor sustenta uma tese destinada a provocar amplos debates: as reduzidas possibilidades de o setor agrícola poder contribuir significativamente para o desenvolvimento econômico. O principal mérito da obra consiste em lançar dúvidas, sugerir soluções e fornecer abundante matéria para reflexão. Ninguém mais credenciado que o autor para fazê-lo, mercê de sua vasta experiência em pesquisa empírica, sobretudo no setor estudado.

Fracassos estrondosos e amiudados da nova política agrícola baseada na modernização, em diversos países subdesenvolvidos, levaram-no a estudar o problema a fundo. Muito embora as inovações alcançassem êxito nos EUA, por exemplo, a teoria da modernização resultou em repetidos insucessos nos países em desenvolvimento.

Quais as causas desses fracassos tão freqüentes?

* Economista, mestrando em Desenvolvimento Agrícola, EIAP/FGV, e autor do livro *O Dilema da Amazônia* (Petrópolis: Editora Vozes Ltda., 1979).

Nesse trabalho não houve preocupação com causas convencionais, aliás bastante conhecidas. Procura o autor demonstrar que, além delas, há outras também responsáveis e que são, por sinal, de caráter mais permanente e, portanto, de solução mais difícil, pois dizem respeito a fatores como a grande deficiência de recursos naturais adequados à modernização, limitação de preços dos produtos no mercado interno — fruto do próprio processo de desenvolvimento econômico desses países — restrições de preços também no mercado interno devido ao desequilíbrio estrutural no comércio entre países, além de outros que serão apontados no decorrer desta Resenha. Mostra o autor, desse modo, a presença, quase obrigatória, de certos elementos que impedem esses países de alcançar êxito no processo de modernização agrícola e que fazem, assim, com que se torne muito limitado o papel da agricultura como elemento dinâmico de seu desenvolvimento econômico.

A teoria da modernização do campo apóia-se basicamente na criação de novos conhecimentos e novos insumos que permitam o aumento de produtividade e a geração adicional de renda. Recomenda ela uma estratégia de desenvolvimento que se baseia na intensificação da pesquisa e na difusão, entre maior número de agricultores, de novos conhecimentos e introdução de novos insumos.

Para que a estratégia frutifique nos países subdesenvolvidos, faz-se imprescindível (como Paiva acentua no Capítulo II) que tenham como pré-requisitos básicos as seguintes condições: (i) que sejam dotados de recursos naturais favoráveis à população agrícola e em proporção adequada; (ii) que através de pesquisas agrícolas se compensem as falhas, por acaso existentes, de recursos naturais e se alcancem aumentos adequados de produtividade e de produção; e (iii) que os aumentos de produção possam ser consumidos no mercado interno, ou exportados, a preços que permitam retornos econômicos favoráveis aos agricultores.

Em seu trabalho, argumenta Paiva que essas condições não representam a realidade dos países subdesenvolvidos. Isto porque seus recursos naturais são em geral escassos (em relação à população), com problemas agronômicos que as pesquisas nem sempre podem resolver; os mercados e preços (tanto dos produtos de consumo como dos de exportação), além disso, estão sujeitos a sérias restri-

ções, que limitam as possibilidades de o setor obter retornos compensadores em suas atividades. O autor mostra basicamente que as proposições que melhor definem as condições existentes nesses países podem ser assim resumidas: (i) são, com poucas exceções, mal dotados de recursos naturais, ou seja, carecem de áreas agrícolas favoráveis à modernização, o que os obriga a manter grande parte de sua população rural no regime de agricultura em áreas agronomicamente impróprias, com baixos índices de produtividade; (ii) as pesquisas nessas áreas raramente culminam em resultados positivos em termos de aumento de produtividade (devido a condições de solo e clima que nem sempre reagem ao uso de fertilizantes ou permitem o trabalho de máquinas) e, quando há condições favoráveis, ocorre em geral encarecimento do custo de produção (em parte devido, também, aos altos preços dos insumos), o que reduz o retorno do agricultor e, por conseguinte, o montante da renda gerada no setor; e (iii) os mercados desses países sofrem também restrições de natureza estrutural (tanto o interno como o externo), que limitam as possibilidades de os preços dos produtos agrícolas alcançarem níveis satisfatórios.

Sob tais condições, compreende-se que são limitadas as possibilidades de uma modernização mais ampla do setor e, por conseguinte, a de servir como elemento propulsor do desenvolvimento. Paiva vai ainda mais além quando diz: "Ao aceitarmos a veracidade das proposições, estamos admitindo a atual teoria como insuficientemente abrangente; como tendo validade apenas para alguns poucos países melhor dotados de recursos agrícolas que podem, com auxílio da pesquisa, modernizar sua agricultura e alcançar índices de produtividade que permitam concorrer vantajosamente com os demais países e obter retornos econômicos favoráveis nos mercados interno e externo. E deixar de ter validade para todos os outros países que, tendo recursos naturais inadequados (e que não reagem satisfatoriamente às pesquisas), não podem obter alto rendimento e baixo custo de produção através da modernização agrícola e, com isso, não podem enfrentar preços considerados favoráveis nos mercados interno e externo e neles obter taxas satisfatórias de retorno. (Isso, aliás, explicaria o fracasso há pouco mencionado dos programas de assistência técnica aos países subdesenvolvidos no período do pós-guerra.)

Esses países não podem, através da modernização, criar excedentes de rendas e, por conseguinte, não poderão ter na agricultura o elemento básico de seu desenvolvimento. Para que esses países menos dotados possam se desenvolver com base na agricultura terão de esperar por um maior desenvolvimento da economia mundial que reflita um crescimento efetivo da demanda e de preços dos produtos agrícolas no mercado externo, espera essa que pode ser política e socialmente muito longa" (pp. 12-13).

Identificadas essas graves condições dispõe-se ele a discutir a validade das proposições que menciona. No Capítulo II, faz uma apreciação da teoria da modernização agrícola, procurando demonstrar que os economistas, ao estudarem o problema dos países subdesenvolvidos, mostram-se excessivamente otimistas com respeito às possibilidades oferecidas pela teoria e, praticamente, não se referem em seus trabalhos às limitações com que a mesma se choca.

Nesse capítulo analisa a coerência econômica do raciocínio convencional e afirma que as possibilidades de modernização e, portanto, de desenvolvimento econômico com base na agricultura, são muito pequenas dada a existência dessas limitações.

No Capítulo III, através de exemplos empíricos tirados da agricultura brasileira, comprova a primeira proposição, mostrando que, devido à limitação de recursos agrícolas favoráveis, elevada percentagem da produção de nosso País provém de áreas consideradas agronomicamente impróprias à modernização, e que são obtidas com baixa produtividade e conseqüentemente com baixos retornos econômicos. No Capítulo IV, também com base em resultados experimentais do Brasil, discute a segunda proposição e cita a freqüência com que as pesquisas apresentam-se limitadas, ou melhor, são infrutíferas, porquanto não resolvem os problemas de recursos agrícolas impróprios nem permitem que deles se obtenha aumento de produtividade e retorno econômico satisfatórios.

O fato de ter usado apenas dados do Brasil para demonstrar as duas primeiras proposições não constitui falha do trabalho. Como nosso País tem condições mais favoráveis do que a maioria das nações em desenvolvimento, e constatando-se que nelas as duas proposições são válidas, reforça-se a afirmativa de que essas proposições

representam realisticamente as condições vigentes no chamado Terceiro Mundo.

No Capítulo V, aborda a terceira e última proposição e demonstra que no mercado interno dos países em desenvolvimento os preços dos produtos agrícolas — devido às diferentes formas como se comportam os setores agrícola e não-agrícola no processo do desenvolvimento — tendem a se manter em níveis baixos, sem possibilidades de oferecer retorno satisfatório aos produtores agrícolas em geral, e sem possibilidade de absorver maiores incrementos de produção a preços compensadores. E mostra também que as condições de preços dos produtos e dos fatores tradicionais de produção agrícola (terra e mão-de-obra) agem no sentido de fazer com que o próprio processo de modernização agrícola seja cerceado pelo “mecanismo de autocontrole”. No mercado externo, dois elementos concorrem para que os preços não possam manter-se em níveis satisfatórios: o “desequilíbrio estrutural”, que se constata nesse mercado, e que se deve ao fato de haver países que aguardam a oportunidade de se desenvolverem com base numa exportação de produtos agrícolas muito superior à capacidade efetiva de importação do mercado mundial; e o “benefício desigual da modernização”, que se observa entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento, tendo os primeiros melhores condições (em termos de conhecimentos tecnológicos, de preços e de infra-estrutura agrícola e comercial) para alcançar resultados mais favoráveis com a modernização no que diz respeito ao aumento de produtividade e à redução dos custos de produção.

O autor ressalva que as evidências trazidas não são suficientes para uma comprovação empírica de suas proposições, mas indubitavelmente realçam a importância das questões que coloca e a necessidade de estudá-las em maior profundidade.

Por fim, no Capítulo VI, faz Paiva um resumo das constatações do trabalho e discute suas implicações em relação às linhas políticas que devem orientar os países subdesenvolvidos e em desenvolvimento em seus esforços de crescimento, reservando o Capítulo VII para discutir especificamente a agricultura brasileira. No particular, indaga se a análise não oferece lições válidas para melhor compreensão das falhas do setor em nosso País. Examina em se-

guida os problemas do incremento das exportações, da existência de “áreas atrasadas” no País e dos elevados índices de pobreza no setor rural, e procura estabelecer — com base nos elementos apurados — algumas diretrizes políticas básicas para a solução desses problemas.

A principal conclusão do autor é de que, de modo geral, são reduzidas as possibilidades de a agricultura atuar como elemento dinâmico do desenvolvimento. Sem dúvida é uma tese destinada a gerar amplos debates. Segundo Paiva, os países em desenvolvimento estão sujeitos a várias condições desfavoráveis, que os impedem de modernizar tecnologicamente a agricultura e aumentar a produção, a produtividade e a renda do setor.

Sugere o autor que esses países deverão elaborar programas especiais com base no mercado interno e se prenderem menos aos ensinamentos neoclássicos das teorias de modernização agrícola e desenvolvimento econômico (p. 168).

Argumenta que os recursos desses países (terra, mão-de-obra e formas primárias de capital), estão sendo apenas parcialmente utilizados: “como os produtores não obtêm com esses recursos, dentro da tecnologia conhecida e das condições e preços de mercado, um retorno que os estimule a maiores esforços, preferem reduzir suas atividades. E isso ocorre tanto com os grandes proprietários de terra, que preferem deixar o seu cultivo e procurar outras atividades fora da agricultura, como também com os pequenos agricultores, que preferem voltar para uma agricultura menos comercial, com condições de vida mais primitivas e um maior grau de auto-suficiência” (pp. 168-169). Continua sua argumentação dizendo que “é importante considerar que os recursos disponíveis nesses países, embora não possam gerar renda em nível satisfatório, podem, ao menos em princípio, gerar quantidades ponderáveis de uma gama variada de produtos agrícolas e artesanais que, trocados entre produtores, poderiam atender parte das necessidades mínimas da população que não estão sendo agora satisfeitas. No entanto, esse aproveitamento não se efetiva em maior escala porque ele não alcança a eficiência que se faz necessária para se ter com ele, numa economia de mercado, o retorno que dê o incentivo necessário aos produtores. Não só a produção agrícola, como foi dito, não traz retorno satisfatório, como também os artigos artesanais não poderão trazê-lo, uma vez que estes não

poderão competir com os artigos sofisticados das grandes indústrias. E isso não apenas em termos de custos como também de preferência dos consumidores rurais, que copiam os hábitos de consumo da população urbana” (p. 169).

Especificamente sobre o Brasil, sugere o autor algumas diretrizes políticas com base na análise, entre elas as seguintes (ver pp. 181-183):

i) a agricultura moderna tem, no momento, reduzidas possibilidades nas áreas atrasadas do País. Contudo, impõe-se aproveitar o pouco com que ela pode contribuir, identificando, através de pesquisas objetivas, as parcelas dessas áreas e os produtos agrícolas que se prestam à modernização, com vantagem econômica para os empresários;

ii) a agricultura tradicional terá de ser mantida em grande parte dessas áreas, pois é a única que oferece possibilidades comerciais aos produtores. Deverão também ser pesquisadas as práticas que podem ser melhoradas (sem emprego de insumos modernos) e que podem contribuir, ainda que pouco, para o aumento do rendimento e da renda financeira dos agricultores. Aceitando-se a permanência dessas duas classes de agricultura nas várias regiões pode-se fazer com que a ajuda econômica a elas prestada — na forma de pesquisa, assistência técnica, crédito agrícola, garantia de preços, facilidade de irrigação, melhoria das condições de comercialização e muitas outras — torne-se mais específica a cada uma delas e, desse modo, mais eficaz, com maior aumento de rendimento e renda para o agricultor e para a Região;

iii) a implantação de uma reforma agrária “parcial” se faz necessária nessas áreas. Como é muito grande o número de agricultores sem terras próprias e reduzida a possibilidade de emprego, a simples garantia da produção de alimento para seu próprio consumo seria benéfica para a região. Isso poderia ser assegurado através de uma reforma agrária que se poderia chamar de “parcial”, com desapropriação das parcelas de terras não utilizadas nos estabelecimentos agrícolas. Desse modo, não seriam prejudicados os grandes estabelecimentos agrícolas produtivos e seus empresários. A volta dos institutos de “moradores” e “agregados” poderia também contribuir para garantir aos agricultores a produção de seus alimentos, o que,

aliás, para ser implementado exigiria o reestudo e a modificação do estatuto do trabalhador rural;

iv) as atividades artesanais oferecem, também, possibilidades de desenvolvimento nessas áreas. Devem ser promovidas de modo a se obter não apenas melhoria na qualidade e a necessária modernização de seus padrões, como, também, maior diversificação de produtos, abrangendo a fabricação de utensílios domésticos de uso geral. Desse modo, haverá melhores possibilidades de incrementar a venda para outras regiões do País e de se estabelecer, através de cooperativas locais, a troca desses produtos por alimentos produzidos pelos próprios agricultores da região.

Com as medidas acima mencionadas, pode-se promover melhoria do nível de renda do setor agrícola das áreas atrasadas. É importante, porém, compreender — face às limitações acima apontadas — que a melhoria não será de vulto nem suficiente para dar o impulso necessário ao desenvolvimento e mesmo para criar condições satisfatórias de vida para os agricultores. Caso se deseje criar condições de vida compatíveis com o atual desenvolvimento do País, duas outras medidas adicionais tornam-se necessárias:

a) facilitar a transferência de maior número de agricultores para outras regiões a fim de reduzir a pressão populacional sobre os escassos recursos da terra. Aliás, essa transferência deve ser orientada também para o setor não-agrícola, cabendo ao Governo, em seu programa de ajuda a essas áreas, preparar adequadamente os agricultores para que possam encontrar emprego em atividades do setor não-agrícola;

b) intensificar as medidas de caráter assistencial. Impõe-se complementar a política usual de assistência técnica e financeira com o que se poderia chamar de uma “política assistencial”, abrangendo uma ampla faixa de serviços. Apenas como primeira enumeração genérica desses serviços, podemos citar a melhoria das condições de saúde, habitação, alimentação e instrução; a criação de comunidades rurais, com serviços de assistência médica e hospitalar e com os elementos de recreação que se fazem necessários para que nelas se tenha uma vida social condizente; manutenção de “frentes” de trabalho nos períodos de entressafra; e a ampliação dos serviços de

auxílio-alimentação às pessoas carentes. Alguns desses serviços já vêm sendo prestados pelo Governo, mas não em escala suficientemente ampla para atender às necessidades das áreas atrasadas.

É importante, finaliza o autor, que se aceite tal política assistencial como alternativa para as áreas atrasadas. Não se podendo nelas conseguir aumentos significativos dos níveis de rendimentos, de renda e de salários — devido a dificuldades que lhes cerceiam as atividades — a política assistencial surge como meio de proporcionar melhores condições de vida. Com isso, oferecer-se-á aos agricultores melhores meios de subsistência, enquanto se aguardam melhores possibilidades de emprego e de renda; e também se faz com que a emigração para os centros urbanos se reduza e os agricultores possam esperar, com menos sacrifício, a oportunidade de emigrar para melhores áreas, transferir-se para outras atividades ou, ainda, em futuro mais distante, modernizar sua própria produção.

É estimulante que venham à luz trabalhos como esse, baseados em intensas pesquisas de campo e maduras reflexões, alertando para a necessidade de um amplo debate sobre o tema.

PESQUISA E PLANEJAMENTO ECONÔMICO

Índice do Volume 8, 1978

ARTIGOS, COMUNICAÇÕES E RESENHAS (por ordem de paginação)

Vinte e Cinco Anos de Substituição de Importações no Brasil: 1948/72	<i>Richard Weisskoff</i>	1
A Demanda de Moeda no Brasil: Uma Resenha de Evidência Empírica	<i>Fernando de Holanda Barbosa</i>	33
Produção, Emprego e Estrutura Agrária na Região Cacaueira da Bahia	<i>Gervásio Castro de Rezende</i>	83
Estrutura de Salários Industriais no Brasil: Um Estudo sobre a Distribuição de Salários Médios em 1970	<i>Paulo Vieira da Cunha e Regis Bonelli</i>	117
Análise do Setor Monetário da Economia Brasileira	<i>Ernani Teixeira e Benjamin Klein</i>	169
Salário nos Modelos Macroeconômicos	<i>Adroaldo M. da Silva</i>	205
Parcela Salarial e Tamanho da Firma	<i>Raul Ekerman</i>	231
Bens Intermediários, Bens Não Comerciais e Mudanças nos Termos de Comércio	<i>Celso L. Martone</i>	241
Teste da Hipótese da Renda Permanente Utilizando Dados de <i>Cross-Section</i>	<i>Deniseard C. de Oliveira Alves</i>	261

Versiani, F., e Mendonça de Barros, J. R. (eds.) – Formação Econômica do Brasil – A Experiência da Industrialização	<i>Regis Bonelli</i>	279
Syvrud, Donald – Foundations of Brazilian Economic Growth	<i>Eustáquio J. Reis</i>	291
A Utilização da Capacidade Produtiva na Indústria Brasileira – 1955/75	<i>Renato Baumann Neves</i>	299
Mudanças no Emprego e na Distribuição da Renda durante o “Milagre Brasileiro”	<i>Samuel A. Morley</i>	331
Acidentes do Trabalho: A Experiência Brasileira Recente – 1968/76	<i>Marcelo de Paiva Abreu</i>	367
Difusão Tecnológica nas Indústrias de Calçados e Têxtil de Algodão	<i>Helio Nogueira da Cruz e José Roberto M. de Barros</i>	389
Efeitos a Curto Prazo da Desvalorização Cambial sobre as Economias Semi-Industrializadas: Um Passo para Frente, Dois para Trás	<i>Lance Taylor</i>	425
Projeção de Consumo de Cimento Usando Dados de Série Temporal e <i>Cross-Section</i>	<i>Christine Ann Assis</i>	437
Sobre a Taxa de Câmbio: Resultados Adicionais e uma Réplica à Análise de Bacha	<i>Affonso Celso Pastore, José Roberto M. de Barros e Décio Kadota</i>	457
A Exogeneidade da Oferta de Moeda no Brasil	<i>Claudio R. Contador</i>	475
Mais Dificuldades na Interpretação dos Dados da Indústria	<i>Regis Bonelli</i>	505
Comércio, Protecionismo e as Elasticidades das Importações no Brasil	<i>Richard Weisskoff</i>	525
Cohn, Amélia – Crise Regional e Planejamento ..	<i>Leila Maia</i>	545

Corden, W. M. — Inflation, Exchange Rates, and the World Economy	<i>John Williamson</i>	551
William H. Nicholls: <i>In Memoriam</i>		555
Educação de Primeiro Grau e Desigualdade de Renda no Brasil: Perspectivas a Longo Prazo ..	<i>Jean-Pierre Jallade</i>	561
O Conceito de Moeda no Brasil: Uma Sugestão	<i>Claudio R. Contador</i>	599
O <i>Takeover</i> das Transnacionais no Brasil e o Controle sobre o Mercado	<i>Richard S. Newfarmer</i>	621
Política Comercial e Exportação: O Caso do Milho no Brasil	<i>Robert L. Thompson e G. Edward Schuh</i>	663
A Agricultura Brasileira e o Problema da Produção de Alimentos	<i>José Roberto M. de Barros e Douglas H. Graham</i>	695
Evolução do Padrão do Consumo Alimentar da População da Cidade de São Paulo	<i>Edgard Luiz Gutierrez Alves e José Luiz Teixeira M. Vieira</i>	727
Correção Monetária e Realimentação Inflacionária	<i>Fernando de Holanda Barbosa</i>	757
Demanda de Moeda no Brasil: O Problema da Forma Funcional	<i>Eleutério F. S. Prado</i>	781
Curvas de Engel e Transformação de Box-Cox: Uma Aplicação aos Dispendios em Alimentação e Educação na Cidade de São Paulo	<i>José Adelino Souza Medeiros</i>	795
Hankel, Wilhelm — Weltwirtschaft: vom Wohlstand der Nationen Heute	<i>Carlos von Doellinger</i>	829
Holland, Stuart — Capital versus the Regions	<i>Celsius A. Lodder, Martim O. Smoika e Paulo Vieira da Cunha</i>	843

AUTORES (por ordem alfabética)

<i>ABREU, Marcelo de Paiva.</i> Acidentes do Trabalho: A Experiência Brasileira Recente – 1968/76	367
<i>ALVES, Denisard C. de Oliveira.</i> Teste da Hipótese da Renda Permanente Utilizando Dados de <i>Cross-Section</i> ...	261
<i>ALVES, Edgard Luiz Gutierrez.</i> Evolução do Padrão do Consumo Alimentar da População da Cidade de São Paulo	727
<i>ASSIS, Christine Ann.</i> Projeção de Consumo de Cimento Usando Dados de Série Temporal e <i>Cross-Section</i>	437
<i>BARBOSA, Fernando de Holanda.</i> Correção Monetária e Realimentação Inflacionária	757
<i>BARBOSA, Fernando de Holanda.</i> A Demanda de Moeda no Brasil: Uma Resenha de Evidência Empírica	33
<i>BARROS, José Roberto M. de.</i> A Agricultura Brasileira e o Problema da Produção de Alimentos	695
<i>BARROS, José Roberto M. de.</i> Difusão Tecnológica nas Indústrias de Calçados e Têxtil de Algodão	389
<i>BARROS, José Roberto M. de</i> (ed.). Formação Econômica do Brasil – A Experiência da Industrialização (Resenha)	279
<i>BARROS, José Roberto M. de.</i> Sobre a Taxa de Câmbio: Resultados Adicionais e uma Réplica à Análise de Bacha	457
<i>BONELLI, Regis</i>	279
<i>BONELLI, Regis.</i> Estrutura de Salários Industriais no Brasil: Um Estudo sobre a Distribuição de Salários Médios em 1970	117
<i>BONELLI, Regis.</i> Mais Dificuldades na Interpretação dos Dados da Indústria	505

<i>COHN, Amélia.</i> Crise Regional e Planejamento (Resenha)	545
<i>CONTADOR, Claudio R.</i> O Conceito de Moeda no Brasil: Uma Sugestão	599
<i>CONTADOR, Claudio R.</i> A Exogeneidade da Oferta de Moeda no Brasil	475
<i>CORDEN, W. M.</i> Inflation Exchange Rates, and the World Economy (Resenha)	551
<i>CRUZ, Helio Nogueira da.</i> Difusão Tecnológica nas Indús- trias de Calçados e Têxtil de Algodão	389
<i>EKERMAN, Raul.</i> Parcela Salarial e Tamanho da Firma ..	231
<i>GRAHAM, Douglas H.</i> A Agricultura Brasileira e o Proble- ma da Produção de Alimentos	695
<i>HANKEL, Wilhelm.</i> Weltwirtschaft: vom Wohlstand der Nationen Heute (Resenha)	829
<i>HOLLAND, Stuart.</i> Capital versus the Regions (Resenha)	843
<i>JAILLADE, Jean-Pierre.</i> Educação de Primeiro Grau e Desi- gualdade de Renda no Brasil: Perspectivas a Longo Prazo	561
<i>KADOTA, Décio.</i> Sobre a Taxa de Câmbio: Resultados Adi- cionais e uma Réplica à Análise de Bacha	457
<i>KLEIN, Benjamin.</i> Análise do Setor Monetário da Economia Brasileira	169
<i>LODDER, Celsius A.</i>	843
<i>MAIA, Leila</i>	545
<i>MARTONE, Celso L.</i> Bens Intermediários, Bens Não Comer- ciáveis e Mudanças nos Termos de Comércio	241
<i>MEDEIROS, José Adelino Souza.</i> Curvas de Engel e Trans- formação de Box-Cox: Uma Aplicação aos Dispendios em Alimentação e Educação na Cidade de São Paulo ..	795

<i>MENDONÇA DE BARROS, J. R.</i> Ver <i>BARROS, José Roberto M. de</i>	
<i>MORLEY, Samuel A.</i> Mudanças no Emprego e na Distribuição da Renda durante o "Milagre Brasileiro"	331
<i>NEVES, Renato Baumann.</i> A Utilização da Capacidade Produtiva na Indústria Brasileira — 1955/75	299
<i>NEWFARMER, Richard S.</i> O <i>Takeover</i> das Transnacionais no Brasil e o Controle sobre o Mercado	621
<i>PASTORE, Affonso Celso.</i> Sobre a Taxa de Câmbio: Resultados Adicionais e uma Réplica à Análise de Bacha ..	457
<i>PRADO, Eleutério F. S.</i> Demanda de Moeda no Brasil: O Problema da Forma Funcional	781
<i>REIS, Eustáquio J.</i>	291
<i>REZENDE, Geródasio Castro de.</i> Produção, Emprego e Estrutura Agrária na Região Cacaueira da Bahia	83
<i>SCHUH, G. Edward.</i> Política Comercial e Exportação: O Caso do Milho no Brasil	663
<i>SILVA, Advoaldo M. da.</i> Salários nos Modelos Macroeconômicos	205
<i>SMOLKA, Martin O.</i>	843
<i>SYVRUD, Donald.</i> Foundations of Brazilian Economic Growth (Resenha)	291
<i>TAYLOR, Lance.</i> Efeitos a Curto Prazo da Desvalorização Cambial sobre as Economias Semi-Industrializadas: Um Passo para Frente, Dois para Trás	425
<i>TEIXEIRA, Ernani.</i> Análise do Setor Monetário da Economia Brasileira	169
<i>THOMPSON, Robert L.</i> Política Comercial e Exportação: O Caso do Milho no Brasil	663

<i>VERSIANI, F.</i> (ed.). Formação Econômica do Brasil — A Experiência da Industrialização (Resenha)	279
<i>VIEIRA, José Luiz Teixeira M.</i> Evolução do Padrão do Con- sumo Alimentar da População da Cidade de São Paulo	727
<i>VIEIRA DA CUNHA, Paulo</i>	843
<i>VIEIRA DA CUNHA, Paulo.</i> Estrutura de Salários Indus- triais no Brasil: Um Estudo sobre a Distribuição de Sa- lários Médios em 1970	117
<i>VON DOELLINGER, Carlos</i>	829
<i>WEISSKOFF, Richard.</i> Comércio, Protecionismo e as Elasti- cidades das Importações no Brasil	525
<i>WEISSKOFF, Richard.</i> Vinte e Cinco Anos de Substituição de Importações no Brasil: 1948/72	1
<i>WILLIAMSON, John</i>	551

Pesquisa e planejamento econômico. v. 1 —

n. 1 — jun. 1971 — Rio de Janeiro,
Instituto de Planejamento Econômico e Social, 1971 —

v. — quadrimestral

Título anterior: Pesquisa e Planejamento v. 1, n. 1 e 2, 1971.
Periodicidade anterior. Semestral de 1971-1975.

1. Economia — Pesquisa — Periódicos. 2. Planejamento
Econômico — Brasil. I. Brasil. Instituto de Planejamento Eco-
nômico e Social.



CDD 330.05
CDU 33(81) (05)

IPEA — Serviço Editorial: Nilson Souto Maior (Revisão);
Gilberto Vilar de Carvalho (Coordenação de vendas).

Composto e impresso no Centro de Serviços Gráficos do IBGE, Rio de Janeiro — RJ.